E o caso específico dos Estados do Maranhão e Mato Grosso que, com esse objetivo, criaram a Companhia Mara nhense de Colonização - COMARCO -, e a Companhia de Desenvo<u>l</u> vimento de Mato Grosso - CODEMAT -, respectiyamente.

Assim sendo, e ainda de conformidade com os ensinamentos do Dr. Hélio de Palma Arruda, a colonização par ticular é exercida por empresas particulares de colonização: e "para que uma empresa possa exercer a colonização, necessi ta, preliminarmente, (o grifo é nosso) registrar-se no INCRA como colonizadora." E para que uma empresa possa habilitar-se a executar projetos de colonização, é preciso que, além do registro prévio no INCRA e da aprovação do projeto, a empresa também se submeta à fiscalização do Instituto, no que tange à execução dos serviços de implantação, a qual é exercida por meios diretos (funcionários do INCRA) e meios indiretos (relatórios que a empresa deve encaminhar periodicamen te do INCRA, e, ainda, através de pedidos de informações, quando o orgão competente assim julgar necessário.

As empresas que se tornarem inidôneas, adverte propietor do INCRA, poderão ter cancelado seu registro e, assimi não mais poderão executar projetos de colonização.

Deve-se observar que, até o ano de 1970, encontravam-se devidamente registradas no orgão oficial apenas 14 empresas de colonização; atualmente, o número de coloniza doras credenciadas pelo INCRA é superior a 60.

Não se tem conhecimento, ou, pelo menos, não foi possível apurar-se o número de empresas que, por inidôneas, tiveram seu registro cancelado pelo INCRA, esclareci-mento que julgamos necessário, tendo em vista a gravidade das denúncias formuladas no transcorrer dos nossos trabalhos.

Lamentamos, por outro lado, que entre colonizadoras particulares idôneas, reconhecidamente dotadas de Capacidade técnica e financeira, devidamente credenciadas, encontrem-se pseudo-colonizadoras que objetivam exclusivamente a especulação imobiliária. Entendemos desnecessária a enumeração dos conflitos sociais, dos casos de grilagem de terras, dos esticamentos de áreas e outras irregularidades praticadas por essas pseudo-colonizadoras.

Os depoimentos prestados a esta CPI, principalmente os dos Bispos católicos, mostraram as desumanas at<u>i</u> Vidades dessas empresas, levando intranquilidade as populações das areas em que atuam, visando unicamente lucros rapidos e faceis, obtidos a custa do suor. lagrimas e mortes de humildes posseiros, vitimas da sanha maléfica desses gananciosos empresarios.

Ciosos empresários.

Queremos destacar aqui as palavras do Bispo de Diamantino, Dom Henrique Froehlich:

"A colonização privada também tem sido um fiasco. Não se criam as condições básicas para uma vida digna, além de manter o colono preso aos contratos de compra da gleba - os títulos, como nos vimos. Fora a especulação, títulos frios, embustes de toda a ordem, conforme o caso da gleba Ibitinga."

Ressalte-se, todavia, que fora da Amazônia Le
Gal a colonização privada ou particular obteve, em outras
Partes do Sul do País, excelentes resultados, que proporcioParam desenvolvimento digno dos maiores elogios, como por exemplo, o norte do Paranã.

A Companhía Maranhense de Colonização - COMAR CO - Evima sociedade de economía místa do Governo do Estado do Mananhão, criada pela Lei nº 3.230, de 5 de dezembro de 1971. A realização de estudos, projetos e serviços relacionados direta ou indiretamente com os programas de desenvolvimento e colonização, constituí o objetivo da COMARCO, podendo esta empresa desenvolver atividades industriais, agropecuarias, imobiliárias e comerciais.

O Governo do Maranhão obteve autorização do Senado Federal para transferir à COMARCO duas áreas de terras devolutas existentes no Estado, sendo uma localizada na Região Centro-Oeste e outra na Região Norceste, medindo, respectivamente, 1.700.000 e 400.000 hectares. As terras devolutas incorporadas ao patrimônio da COMARCO, conforme constados dispositivos legais que autorizaram a mencionada incorporação, destinavam-se especificamente aos seguintes objetivos:

- a) execução de projetos de colonização, para localização de pelo menos 10.000 famílias;
- regularização da situação dos posseiros localizados nas áreas em questão, permitindo-se a aquisição da posse pe-los ocupantes;
- c) alienação do restante a empresas rurais em lotes não superiores a 25.000 hectares, para implantação de projetos agropecuários e agroindustriais, e de lotes até 50.000 hectares para projetos de reflorestamento, considerados de interesse para o desenvolvimento do Estado pela SUDAM e/ou SUDENE, cem como pela própria COMARCO.

O Governo do Maranhão, atendendo pedido de informações formulado por esta CPI, encaminhou um relatório sobre as terras; do domínio da COMARCO, abaixo transcrito.Dei xamps de transcrever a relação de compradores por não interes sar ao presente tópico. Eis o relatório:

"Os prodessos de compras de terras formulados a Companhia Ma ranhense de Colonização - COMARCO - e aprovados em reuniões ordinaria do Conselho de Administração, compreendem o perío do que vai do dia 28 de junho de 1973 a 5 de janeiro de 975. Foram outorgadas ao todo 64 (sessenta e quatro) escrituras , nas duas áreas incorporadas ao patrimônio da Companhia. Do total acima, 7 (sete) Empresas receberam escrituras na pri-meira área, quais sejam: PINDARÉ AGROPECUÁRIA LTDA., BURITI AGROPASTORIL LTDA. e CAPOEMA LTDA., estas situadas no Munici Pio de Amarante; VALADARES TECIDOS LTDA., no Município Lago da Pedra; FAZENDA CITUSA LTDA., COMPANHIA TÉCNICA MARANHÃO e TECNICA MARANHENSE S/A., no Município de Grajaŭ . As duas últimas, COMPANHIA TECNICA DO MARANHÃO e TECNICA MA-RANHENSE S/A., pertencentes ao grupo da EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA - EIT - foram as únicas que no corrente ano, apos o procedimento judicial discriminatório, receberam Escrituras Re-Ratificadas. Na segunda area, foram outorgadas 12 (doze) Escrituras Públicas de Compra e Venda, a saber: AGROPECUARIA CERES LTDA., TORA MADEIREIRA S/A., MARACAÇUME AGROINDUSTRIAL S/A., RIO DOCE AGROPASTORIL LTDA., GUIMAGASSU AGROPASTORIL LTDA., RAIZ DO MARANHÃO LTDA., MARCOS MARCELINO & COMPANHIA LTDA., COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS RURAIS DO MARANHÃO e A-GROPECUARIA MARACAÇUME LTDA., todas essas no Municipio de Turiacu. E, ainda, COMPANHIA BOM PASTOR DE MADEIRAS, FLO-RESTAL MARACAÇUME LTDA. e ENTRE RIOS AGROPECUARIA LTDA., as duas primeiras no Município de Luís Domingues e a última no Município de Godofredo Viana. A outorga das respectivas escrituras deu-se no espaço de tempo situado entre 8 de agosto de 1974 a 14 de março de 1975, como se vê, todas na administração do Governo anterior. Nesse mesmo periodo, foram outorgadas escrituras a pessoas físicas, porem, somente, segunda area/denominada NORDESTE, em um total de 45 (quaren ta e cinco) de rangendo os Municípios de Turiaçu, Cândido Mendes, Carutapera e Luís Domingues. Os demais processos de com Pras de terras requeridas à COMARCO, alias em grande número agpardam∧uns, a conclusão da Ação Discriminatória, outros , a propositura dessa mesma Ação."

Uma das glebas da COMARCO foi destinada à implantação de um projeto de colonização. Trata-se do Projeto de Ocupação de Terras Devolutas do Estado do Maranhão. Uma outra gleba foi reservada para a localização de grandes empreendimentos agropecuários, e a terceira e última é onde a COMARCO realiza trabalho de ordenação e ocupação, já estando xã jáfea bem ocupada.

Transcrevemos, a seguir, os resultados de avallações realizadas por equipe técnica constituída por elementos da SUDAM, SAREM e INCRA, Aspectos Fundiários, Maio de 1973 (Depoimento do Dr. Hugo de Almeida):

"Na fase da estruturação da Companhia Maranhense de Colonização, ficou estabelecido que o Governo do Estado do Maranhão seria o principal acionista, participando com 25% dos recursos financeiros necessários à implantação do programa, e mais cessão de 1.700.000 hectares de terras pertencentes ao proprio Estado. A maneira como foi realizada a discriminação e consequente licitação, esta através da COMARCO, ensejou, posteriormente, o aparecimento de antigos donos, portadores de títulos de propriedade com dados mais antigos que os cedidos pela COMARCO. A partir dessa dualidade de posse, o pro-

Well human

Walls himse

blema agravou-se e necessário se fez a intervenção da justica competente tentando solucionar o impasse. Ao que se sabe, ainda extra-oficialmente, e que os títulos existentes an terior a COMARCO, são, na grande maioria, destituídos de va lor legal. Essa dualidade de posse verifica-se tanto na area de médias e grandes empresas, como na gleba destinada a colonização. Com o impasse existente, serios problemas vêm ocorrendo com nelação ao cronograma de implantação do projeto, uma vez que a COMARCO não tem condições de expedir os ti tulos definitivos de posse das terras aos adquirentes, que, por outro lado, não conseguem credito (falta de títulos) para a implantação das atividades econômicas previstas. Esse problema atinga, principalmente, os proprietários de medias e grandes empresas. Alguns projetos em implantação dependem exclusivamente de recursos proprios. Quanto aos pequenos co londs não conseguem crédito para despesas de investimentos (cylturas verenes) e sim, so para despesas de custeio (cultu ras, anuais. Neste estado de coisas, a COMARCO não tem con dições de cumprir o cronograma de implantação do subprojeto - colonização \uparrow (300.000 hectares divididos em pequenos lotes de 25 hectares) e não pode exigir cumprimento do cronograma proposto pelas médias e grandes empresas para as areas adqui ridas em licitação feita pela propria companhia. Nova avali ação em outubro de 1975. Na época houve informação pelo pre sidente da COMARCO de que o processo de discriminação judici al seria iniciado. O Governo do Estado do Maranhão já havia autorizado à Procuradoria Geral do Estado a proceder citada tarefa, cuja primeira atividade foi solicitar a COMARCO memo rial descritivo da primeira gleba a ser discriminada. Trata va-se da gleba I, destinada à colonização com pequenos agricultores; quanto à area das grandes empresas seria efetivada a ação posteriormente. O Governo do Maranhão optou pela dis criminatória judicial por ser a unica que não deixa margem para reclamações futuras; embora o processo seja mais lento, seus resultados apresentam maior segurança. Segundo informa ções obtidas, a area da gleba I (300.000 hectares) não apresenta maiores problemas de títulos sobrepostos, apenas algumas posses de facil legalização, uma yez que poderão esses posseiros vir a ser colonos da referida gleba. A título de sugestão a equipe considerou necessária que fosse agilizada a ação discriminatória judicial também da gleba II (600.000 hectares) destinada a grandes empresas, uma vez que a COMAR-CO tem necessidade de regularizar urgentemente essa area, ten do em vista que ela, como legitima vendedora, tem essa respon sabilidade junto aos adquirentes. Redução da area destinada a Colonização. Havia uma area de 300.000 hectares destinada a colonização/com pequenos agricultores, no projeto original da COMARCO; essa area estava perfeitamente definida e delimi tada, inclusive figurava em mapas existentes desde a criação da Companna. Esses 300.000 hectares existiam ainda, até mato de 1975, huando foi realizada a primeira avaliação do Projeto. Entretanto, houve informações na atual avalização de que fodoffeu redução da area disponível para colonização Passando pera 215.000 hectares. Essa diminuição foi ocasio-nada pe autovasão de grandes empresas por ocasião da demarca ção de suas áreas, entrando portanto no polígono de 300.000 hoctares. Não se pode precisar a época da invasão e diminui ção da ārea. Necessário se faz portanto uma verificação, a fim de queleste fato possa ser melhor esclarecido e para que se procure uma maneira de incorporar os 85.000 hectares que significam mais 1.500 colonos sobre o total previsto atual-mente - 3.100. Aumento dos lotes e redução do número de famīlias. O projeto original prevê o assentamento em lotes de 25 hectares, porem atualmente pretende-se que a area seja duplicada para 50 hectares, mesmo os que jã se encontram ocu Pados, em função de uma exploração mais econômica e para que as terras não se esgotem rapidamente, como seria o caso se os lotes permanecessem com area de 25 hectares. Para houvesse o aumento das areas dos lotes ocorreu a diminuição da meta relativa ao assentamento de colonos. A meta agora e de realizar o assentamento de 3.100 famílias e não 6.000 como estava previsto até maio de 1975. Acredita-se que seja bem mais correto assentar 3.100 famílias com possibilidade de explorar os lotes mais racionalmente que assentar 6.000

famílias que ficariam sem opções econômicas, a partir do quinto ano de exploração. Abril de 1976. A situação fundiária de toda a área, tanto as parcelas de colonos como as grandes empresas, espera uma definição da discriminatória judicial que já teve início. Esse é um grande entrave tanto para a implantação de atividades agrícolas como para exploração madeireira. Esta última em função de recente proibição do Governo do Estado, que impede a exploração florestal na área da COMARCO até que se normalize a questão de posse da terra."

Alem das areas de terras devolutas vendidas ir regularmente pelo Departamento de Desenvolvimento Agrario do Maranhão, em administrações anteriores, o Governador Nunes Freire efirmou que as terras vendidas pela COMARCO estão sen do regularizadas e que grande parte ja foi concluida, isto e, concluidas as ações e ratificados os titulos a elas corres Pondentes.

No depoimento prestado nesta CPI, o Bispo de Viana, Maranhão, Dom Adalberto Paulo da Silva, classificou o Projeto da COMARCO como filosoficamente bom, porem praticamente paralisado, acarretando, em consequência, problemas como fechamento do hospital, não funcionamento de escolas, paralisação do posto de saúde e consequente falta de assistência médica, entre outros.

Os casos decorrentes das atividades da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, na Bahia, que, embora não sendo empresa colonizadora, tem se dedicado ao assentamento irregular de colonos, estão analisados em outro tópico.

Igualmente, a atuação da CODEMAT encontra-se amplamente analisada em outro item Æesse nossa trabalho.

15 - REFORMA AGRĀRIA

A situação da reforma agrária no Brasil e bem retratada pelo Depoimento do Sr. Jose Gomes da Silva, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária,o qual, reportando-se à CPI IBRA/INDA, afirmou que " o problema, no interregno, não apresentou nenhuma evolução favorável".

Ressaltou que "o Estatudo da Terra, destinado a "tirar a baqdeira da reforma agrária das mãos dos esquerd<u>i</u> tas" treze anos depois da sua promulgação nada conseguiu em termos de correção fundiária, assistindo, impotente, à tran<u>s</u> formação de nosso território em arquipelagos de capitanias herediátias e de emirados".

Lembrou, em seguida, que "o programa da Arena e o programa do MDB trazem o comprometimento dos partidos dom a reforma agrária", destacando, todavia, que "antes mes mo dos dois partidos, era o próprio Presidente Castello Branco, pela Mensagem nº 33 de 1964, encaminhando o projeto de lei do Estatuto da Terra, que assumia o compromisso de impedir que o "problema da reforma agrária continuasse simplesmente verbalizado".

"Infelizmente" - lamentou - "a análise a que procedemos posteriormente à promulgação do Estatudo da Terra apenas mostrou um outro instrumento de postergação. Enguanto anteriormente a 1964 se verbalizava, depois de 1964 passouse a fazer literatura com a reforma agrária. O resultado, em termos operativos, é pratícamente o mesmo".

Referiu-se, então, "ao que está contido no bojo desta curiosa unidade fundiária que o IBRA chama de documentação. Documentação é todo título ou papel que foi expedido em qualquer grau de formalização, posse, uso ou gozo da propriedade fundiária. Colocando, então, dentro desse grande saco sem fundo licenças de ocupação, licitação de terras públicas, títulos de projeto de colonização e títulos resultan tes de áreas redistribuídas, vamos ter 15.408 unidades por a no. Esta cifra é extremamente modesta, quase que insignifi